

Ofício nº 014/2018

Mirante da Serra, 10 de Janeiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor,

CRISTIANO CORREA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal Mirante da Serra-RO CAMARA MUNICIPAL DE CAMARA MINICIPAL DE SERRA MINICIPAL DE SERRA MINICIPAL DE CAMARA M

M HORAS RESPONSAVEL

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Excelência, tem o presente o objetivo de encaminhar a essa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 823/2018, que "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ASSISTENTES SOCIAIS PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para que seja analisado e deliberado pelos Nobres Edis.

Nossas considerações a esta Câmara de Vereadores que muito tem contribuído para o bom andamento e fiscalização da coisa pública.

Atenciosamente,



Mensagem n º 504/2018

Mirante da Serra, 10 de da pero de 2018.

EM (2):48

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores vereadores,

O projeto de lei nº 823/2018 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ASSISTENTES SOCIAIS PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que ora encaminhamos,tem como objeto, atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

É sabido que a Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social, de há muito está necessitando suprir o seu quadro de pessoal, notadamente no que concerne ao profissional da área de assistência social.

O referido profissional é indispensável para a implementação e desenvolvimento de programas pactuados no âmbito do CRAS na área urbana e rural, situação esta que vem sendo reiteradamente cobrada pelo Ministério Público, de modo que a contratação por processo seletivo se impõe vez que não existem mais candidatos aprovados no último concurso público e estamos prestes a perder recursos federais se não providenciarmos a devida contratação.

Tendo ciência do envolvimento desta casa de leis, por intermédio de seus integrantes, com a constitucionalidade das leis municipais, é que submetemos o presente projeto para apreciação e posterior deliberação.

Contando deste já com o empenho individual de cada um dos nobres Edis, aguardamos sua aprovação.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,



Projeto de lei 823/2018

De 10 de Janeiro de 2018



DISPÕE SOBRE A CONTRATATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ASSISTENTES SOCIAIS PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

- Art. 1º O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a contratar em razão de excepcional interesse público, profissionais para o cargo de assistente social, nas quantidades, carga horária, vencimento e atribuições presentes nos anexos I e II desta lei.
- Art. 2º As contratações de que trata esta lei, terão vigência da data da efetiva contratação, até o prazo máximo de 12 meses. Poderá, a critério da administração, ser prorrogado por igual período e somente uma única vez.
- §1º Nas contratações de que trata a presente lei, serão observados os padrões de vencimentos do Poder Executivo Municipal;
- §2º O servidor contratado terá direito ao ressarcimento do trabalho extraordinário, nos mesmos termos e percentuais do pagamento efetuado ao servidor efetivo.
- Art. 3º –O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art.4º - O contrato firmado em consonância com esta lei extinguir-

se-á:

Pelo término do prazo contratual;

II- A pedido do contratado;

Ouorum



- III- Por conveniência da administração a juízo da autoridade que proceder a contratação;
- IV- Quando o contratado incorrer em falta disciplinar.
- §1º A extinção do contrato, em razão do inciso II e III, deste artigo, deverá ser comunicado pelas partes que deram origem, com antecedência mínima de trinta dias, sob pena de indenização equivalente ao mês trabalhado.
- §2º-A extinção do contrato em razão do inciso I, deste artigo, obrigará o contratante a pagar ao contratado as verbas proporcionais inerentes ao décimo terceiro salário, férias e abono de férias.
- §3º A extinção do contrato, em razão do inciso IV, deste artigo, não caberá ao contratado qualquer tipo de ressarcimento e/ou indenização.
- Art.5º Aplicar-se-á ao pessoal contratado nos termos desta Lei, as regras estabelecidas no respectivo contrato.
- **Art.6º** O pessoal contratado poderá, a critério da administração municipal, prestar serviços em qualquer unidade da administração pública municipal.
- Art.7º O pessoal contratado por força da presente Lei será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.
- **Art.8º** A contratação dos profissionais para prestação dos serviços será precedida de Processo Seletivo Simplificado, mediante entrevistas e a apresentação de *curriculum vitae*.
- Parágrafo único a forma de seleção simplificada observará ao princípio da Impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.
- **Art.9º -** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenização:
 - I- Pelo término do prazo contratual;
 - II- Por iniciativa do contratado.
- Art.10 O processo seletivo simplificado para contratação dos profissionais obedecerá à seguinte sistemática:



- I- Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária dos profissionais, que deverá ser publicado nos órgãos oficiais e jornal de grande circulação;
- II- Convocação de candidatos para seleção pela administração municipal, através de edital publicado nos murais dos órgãos oficiais e jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data de apresentação para seleção;
- III- Processo de seleção por meio de avaliação curricular, entrevista e exame de saúde por intermédio da unidade de saúde municipal;
- IV- Constituição de Comissão de Seleção Simplificada de Pessoal Temporário, composta por servidores do quadro efetivo, nomeados por intermédio de ato normativo do Prefeito.

Art.11- As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art.12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mirante da Serra, 10 de janeiro de 2018.



ANEXO I

Projeto de lei de n.º 823

De 10 de Janeiro de 2018.

Cargos	Quantidade	Escolaridade	Carga Horária	Remuneração
Assistente Social	02	Nível superior	30 horas	R\$2.821,84



ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL

Promover reuniões com representantes da comunidade, promover orientação das escolas municipais, receber encaminhamento de alunos que apresentam problemas de vinculo social e cultural, entrevistá-los, contatar com pais e professores, encaminhando-os, se necessário, a outros profissionais; coordenar palestras para pais, alunos e professores, recebendo solicitações das escolas, desenvolvendo assuntos previamente estabelecidos pelas mesmas, conforme problemas apresentados; planejar juntamente com outros técnicos atividades a serem trabalhadas no decorrer do ato; orientar criação de programas de assistência social; que receber solicitações do juizado de menores; participar de reuniões de orientação educacional e sexual; executar outras tarefas afins. Executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificação de necessidades e ofertas de orientações a indivíduos e famílias, fundamentados em pressupostos teoricometodológicos, éticos e legais; articular servicos e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; trabalhar em equipe; produzir relatórios e documentos necessários ao serviço; desenvolver atividades socioeducativas de apoio, acolhida, reflexão e participação, que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária.

Viabilizar a realização de atividades em grupos com as famílias visitadas, articulando CRAS/UBS, sempre que possível, para o desenvolvimento destas ações; articular encaminhamentos para inclusão das famílias na rede, conforme demandas identificadas nas visitas domiciliares; mobilizar os recursos da rede e da comunidade para apoiar o trabalho dos visitadores, o desenvolvimento das crianças e a atenção as demandas das famílias: identificar situações complexas, lacunas e outras questões operacionais que devam ser levadas ao debate no comitê gestor, sempre que necessário, para melhoria da

atenção as famílias

ADINALDO DE ANDRADE

Prefeito Municipal